

A SÍNDROME DE KEVIN COSTNER *Quando o protetor esquece que está protegendo*

Por Antonio Carlos Fortunato e Dan Paulino Policiais Legislativos Federais da Câmara dos Deputados.

São 14h37 de uma terça-feira em Brasília. Dois policiais legislativos aguardam a chegada de um parlamentar. O calor pesa sobre o asfalto e o silêncio entre eles é quebrado por uma história sobre um colega.

O Dagoberto foi tirado da escolta. Foi reclamar pessoalmente com a chefia. Disse que só ele conhecia a rotina da deputada, que ninguém ia cuidar tão bem. No dia em que o substituto chegou para assumir a posição, inventou pendência operacional para não sair. Ficava de cara fechada quando ela cumprimentava outro operador. Uma vez ela chegou animada de uma reunião e comentou que o assessor tinha resolvido bem uma situação complicada. Ele passou o dia inteiro emburrado.

Ciúme de guarda.

"É o Kevin Costner", diz um dos dois, sem precisar de mais explicação.

Em 1992, o filme *O Guarda-Costas* apresentou ao mundo Frank Farmer, um ex-agente do Serviço Secreto que se apaixona pela cantora que protege. A história é bonita. O problema é que ficou no imaginário de muita gente que deveria conhecê-la apenas como ficção.

No jargão operacional dos profissionais de proteção, a Síndrome de Kevin Costner é o nome dado ao desenvolvimento de vínculos emocionais entre o agente de segurança e a autoridade protegida. Não é diagnóstico clínico. Não aparece em nenhum manual de psiquiatria. É o nome que os próprios operadores deram a algo que veem acontecer com colegas — e que sabem, por mais de uma década de experiência, compromete a missão de formas que nem sempre são visíveis até que o estrago esteja feito.

Brasília potencializa tudo isso.

O poder na capital federal não é apenas institucional — é geográfico, estético e litúrgico. O agente que protege um Ministro ou um Senador passa a frequentar ambientes de luxo, viagens exclusivas e círculos de poder que não fazem parte da sua realidade fora do serviço. Come o que a autoridade come. Está onde ela está. Em aeroportos e restaurantes, é tratado com a deferência reservada a quem acompanha o poderoso. Com o tempo, essa deferência começa a parecer sua.

A troca da farda pelo terno tem um efeito psicológico que vai além da estética. O operador começa a ser visto — e a se ver — de forma diferente. Nos corredores do Congresso, ele deixa de ser "o segurança" e vira "o homem de confiança". Essa mudança de status cria

uma hierarquia paralela dentro das próprias equipes, onde o prestígio da custódia importa mais do que a técnica operacional.

A autoridade, por sua vez, às vezes trata o agente como um confidente. "Da família." Isso facilita a convivência cotidiana, mas tem um custo silencioso: o operador que é tratado como próximo começa a agir como próximo. O "agente de proteção" vira "secretário de luxo". E o secretário de luxo não contradiz o patrão.

É aí que a missão quebra.

O agente encantado pelo poder que a autoridade representa perde a capacidade de avaliar riscos objetivamente. Hesita na hora de iniciar uma evacuação porque a autoridade não vai gostar. Fecha os olhos para sinais de ameaça que perturbem a narrativa que construiu internamente. Monopoliza informações da equipe para se manter como peça indispensável. Resiste ao rodízio porque não suporta a ideia de ser substituído por alguém que também vai "cuidar bem."

O ciúme é apenas o sinal mais visível. Por baixo dele, há algo mais grave: um operador que deixou de proteger um cargo público para proteger uma pessoa específica. E quando a pessoa conflita com o protocolo, o protocolo perde.

Vimos isso acontecer de formas diferentes ao longo de mais de dez anos de missões. O operador que não passa o serviço. O que aparece fora do horário alegando que foi dar apoio. O que briga com o colega porque a autoridade sorriu para o outro. O que sabe de tudo sobre a vida pessoal da autoridade mas não sabe o que está acontecendo no perímetro externo.

Em todos esses casos, o problema não era falta de competência. Era excesso de proximidade sem nenhum mecanismo para gerenciá-la.

A resposta não é desumanizar o profissional. É reconhecer que trabalhos de alta pressão, longa duração e intensa convivência criam condições objetivas para o surgimento de vínculos. O problema não é sentir — é não saber o que fazer com o que se sente enquanto o posto ainda está em risco.

Rodízio obrigatório. Transparência de informações dentro da equipe. Suporte psicológico especializado. Doutrina clara de que a proteção é ao cargo, não à pessoa. Se a autoridade mudar, o protocolo permanece. Se a autoridade contrariar o protocolo, o protocolo prevalece.

Frank Farmer e Rachel Marron vão continuar existindo no cinema. A história é bonita, a música é inesquecível, e Kevin Costner tem um olhar sério de quem sabe proteger muito bem.

Mas nos corredores do Congresso e no asfalto quente de Brasília, aprendemos que o maior inimigo do protetor às vezes está dentro do próprio terno.

Antonio Carlos Fortunato e Dan Paulino são Policiais Legislativos Federais da Câmara dos Deputados, com mais de 10 anos de experiência em segurança de dignitários e proteção de autoridades. Este texto é baseado no artigo acadêmico "A Síndrome de Kevin Costner na Segurança de Dignitários: impactos emocionais, riscos operacionais e comprometimento da missão de proteção", de autoria dos mesmos.